

Proc. Administrativo 11- 6.190/2026

De: Adão G. - DEP-LC

Para: DEP-LC - Departamento de Licitação

Data: 09/09/2026 às 11:01:15

Setores envolvidos:

GABINETE PREFEITO, CI, ASS-JR, SEC-COMP-LC, DEP-LC, SEC-ED, ORÇA, ADM - EDU

Solicitação de abertura de licitação de extintores

Em anexo Aviso de Licitação, Edital e Termo de Referência.

—
Adão Geraldo Gheller

Agente de Contratação / Pregoeiro

Anexos:

AVISO_DE_LICITACAO.pdf

EDITAL_PREGAO_ELETRONICO.pdf

TERMO_DE_REFERENCIA_EXTINTORES.pdf

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS
ESTADO DO PARANÁ**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 154/2026 – PMMR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 56/2026 - PMMR
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2026 - PMMR**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE AMPLA CONCORRÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de extintores de incêndio, prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores existentes, bem como aquisição de placas de sinalização e luminárias de emergência, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR.

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: R\$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais).

DATA/HORA DA ABERTURA: às 09:00 hrs do dia 24/09/2026

SISTEMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

ACESSO AO EDITAL E INFORMAÇÕES: Plataforma - Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: www.bll.org.br e no Site: www.manoelribas.pr.gov.br (Portal da Transparência – Licitações/Administração), ou na Rua Sete de Setembro nº 366 em Manoel Ribas, Paraná, de segunda a sexta-feira, em horário a escolher, **das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min**, no Departamento de Licitação ou ainda pelo telefone 0800 000 4329 - Ramal 221.

Paço Municipal Prefeito Raul Ferreira Messias, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 75.740.811/0001-28

**Rua Sete de Setembro, Nº. 366
Centro – Manoel Ribas/PR – CEP: 85.260-000**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 154/2026 - PMMR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 56/2026 - PMMR

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41/2026 - PMMR

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DE AMPLA
CONCORRÊNCIA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

PREÂMBULO

O Município de Manoel Ribas torna público para ciência dos interessados que por intermédio do Prefeito Municipal que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, a qual será regida pela Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº.123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Federal 11.462 de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº. 146 de 18 de dezembro de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08h30min. do dia 24/09/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00min. do dia 24/09/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min. do dia 24/09/2026

LOCAL: www.bll.org.br “Acesso Identificado no link – BLL Compras”
Portal da Transparência do Município de Manoel Ribas
(<https://manoelribaspr.equiplano.com.br:7097/transparencia/licitacoes>).

As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: licitacaopmmr@gmail.com ou pelo telefone: 0800-000-4329.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de extintores de incêndio, prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores existentes, bem como aquisição de placas de sinalização e luminárias de emergência, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR, conforme especificações constantes no Anexo 01 do presente Edital.

DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

ANEXO 01	Termo de referência do objeto
ANEXO 02	Modelo de declaração que não incorre em impedimentos
ANEXO 03	Modelo de declaração unificada
ANEXO 04	Modelo Declaração ME/EPP
ANEXO 05	Modelo de proposta comercial (Para o(s) licitante(s) vencedor(es))
ANEXO 06	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO 07	Portaria nº 202/2026 – PORTARIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL**.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionária da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o link “BLL Compras” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil (www.bll.org.br).

1.3. O Credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão Eletrônico.

1.4. Como requisito para participação no pregão, em campo obrigatório do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

1.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

1.6. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a envio e abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar deste PREGÃO empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam a todas as exigências deste edital e estejam credenciadas na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

2.2. Este edital prevê no que se aplicar o tratamento diferenciado à microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos da LC 123/2006.

2.3. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar da licitação empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Poderá participar desta licitação pessoa jurídica em consórcio, desde que observadas as seguintes normas:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.10.1. Fica estabelecido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

2.10.2. O acréscimo previsto no item 2.10.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.10.3. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da ata registro de preço, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do item 2.10.

2.10.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata registro de preço.

2.11. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.12. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, telefone: (041) 3097-4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início do pregão.

2.13. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

a) **Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações do Brasil (BLL) para cadastro,** bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) no pregão.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL (www.bll.org.br), acessando o link “Cadastro”.

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

a.3) Dúvidas a respeito do credenciamento na BLL poderão ser sanadas pelo telefone (041) 3097-4601 ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

b) Após efetivação do cadastro o licitante deverá efetuar a **inserção no sistema eletrônico** do valor inicial de cada lote/item e a marca/modelo do item ofertado.

Obs.: no campo referente a marca inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

OBS: O DISPOSTO ACIMA É DIRECIONADO PARA AQUELES QUE NÃO SÃO CADASTRADOS NA BLL COMPRAS.

2.14. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, conforme Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site www.bll.org.br.

2.15. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema da BLL e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.16. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

2.17. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no **Anexo 04** para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais junto a BLL se assinalou seu regime de tributação no sistema, facultado ao Município se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da LICITANTE como ME ou EPP, diante das normas da Lei.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro do Município, designado pela Portaria nº 202/2026 – Anexo 07 deste edital, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos no edital;

II - Iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances e propostas;

V - Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - Conduzir a etapa competitiva dos lances e propostas;

VII - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

VIII - Indicar o vencedor do certame;

IX - Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

X - Negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

XI - Encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.14 “a”, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: www.bll.org.br.

4.2. A participação do licitante no Pregão eletrônico se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador direto, ou da corretora de mercadorias) e subsequente cadastramento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O cadastro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá obrigatoriamente informar nos campos próprios o valor de sua proposta inicial e a marca/modelo do item ofertado.

Obs.: No campo referente a marca/modelo inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

6.1.2. A não inserção das informações solicitadas implicará na desclassificação da Empresa.

6.1.3. É vedada a identificação do licitante na Proposta Eletrônica. A identificação implicará na desclassificação da empresa.

6.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01** deste edital.

6.3. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4. É necessário a informação do regime fiscal (ME/EPP) no campo próprio do sistema.

6.5. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.5.1. No cadastro da proposta eletrônica não é necessário a inserção de nenhum documento referente a habilitação.

6.5.2. Após o encerramento da disputa, somente o detentor da melhor proposta é que será convocado pelo chat para apresentação dos documentos de habilitação solicitados no item 9.1 e 7.31 deste edital (art.63, II, Lei 14.133/21).

6.6. O cadastro da proposta eletrônica ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão editar e/ou retirar sua proposta.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

7.2.1. A aceitabilidade das propostas estará sujeita a não identificação do licitante.

7.2.2. Não será aceita proposta com valores superiores ao máximo fixado no Edital. Propostas iniciais com valores superiores ao máximo fixado no edital serão desclassificadas e não participarão da fase de lances.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

7.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante. Somente serão aceitos lances com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo/percentual).

7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado *nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública*.

7.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor preço registrado, vedada a identificação do licitante.

7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

7.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, através de mensagem eletrônica (*e-mail*) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do lote anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Declaração de que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação. **(Anexo 02)**

b) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar declaração **(Anexo 04)** atestando que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.31.1. O Pregoeiro efetuará as seguintes consultas sobre o licitante melhor classificado, juntando os comprovantes ao processo licitatório e informando no chat o resultado destas consultas:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

b) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>).

Obs.: Esta consulta deverá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.31.2. Se for o caso, poderão ainda ser solicitados documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31.3. A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante no **Anexo 05**.

7.31.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata registro de preço e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.31.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.31.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.32. O prazo estabelecido no item 7.31 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.31.

7.33. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 7.32, sem solicitação de prorrogação, acarretará na desclassificação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro analisará os documentos apresentados pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a fim de verificar se atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Caso conste na documentação apresentada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

8.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

8.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.3 deste edital.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.11. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

8.11.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 146 de 18 de dezembro de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

8.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.12.1. conter vícios insanáveis;

8.12.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.12.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.12.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.12.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.13. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.

8.14. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a(o) Pregoeiro(o) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.16. Havendo necessidade, a(o) Pregoeiro(o) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.17. A(O) Pregoeiro(o) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.18. Também nas hipóteses em que a(o) Pregoeiro(o) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.21. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) inserir em campo próprio do sistema, os seguintes documentos:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

I – DECLARAÇÕES:

- a) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Obs.: As declarações solicitadas poderão ser apresentadas de forma unificada, conforme Anexo 03.

II – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

III – RELATIVOS À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

e) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

f) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

IV – RELATIVOS À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A Certidão apresentada deve ter sido **emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão.**

V – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Para participação no Lote 01 – Manutenção e Recarga de Extintores, a licitante deverá comprovar que se encontra regularmente registrada junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO para a execução dos serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio, mediante apresentação de documento válido emitido ou reconhecido pelo órgão competente, nos termos da regulamentação vigente;

b) A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto do Lote 01, especialmente serviços de inspeção, manutenção e/ou recarga de extintores de incêndio;

c) As exigências de qualificação técnica previstas neste item aplicam-se exclusivamente ao Lote 01, por se referirem diretamente à prestação dos serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores, não sendo exigidas das empresas que participarem exclusivamente dos Lotes 02, 03 e 04, destinados ao fornecimento de bens.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.5.1. O prazo estabelecido no item 9.5 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 9.1.

9.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 9.5, sem solicitação de prorrogação, acarretará na inabilitação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente para apresentação dos documentos nos mesmos termos.

9.6. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar, posteriormente ao julgamento das propostas.

9.7. Serão aceitos documentos com assinatura digital/eletrônica, nos termos da Medida Provisória nº.2.200-2 de 24 de agosto de 2001.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.5.

9.10.1. Quando o licitante estiver concorrendo em mais de um lote, a não apresentação dos documentos conforme solicitado neste edital resultará na sua inabilitação no(s) lote(s) que arrematou e nos demais que concorreu.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

9.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9.11.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo válido somente para os documentos nele abrangidos.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.15. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.17. Se a proposta ou o maior lance não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

9.18. Se todas as propostas forem desclassificadas ou se todos os licitantes forem inabilitados, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes prazo de 01 (um) dia útil para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. Declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, no sistema BLL, **através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões durante o tempo estipulado de 30 (trinta) minutos.**

10.3. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser realizada de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.4. A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulado importará a preclusão do direito de recurso.

10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Não serão aceitas manifestações de recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.12. Será informado no "chat" quando se dará o início da fase de manifestação da intenção de recursos.

10.13. É responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento das informações no sistema da BLL.

11. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

11.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

11.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) lote(s), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.

13.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

14. PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos serão efetuados de acordo com o estipulado no Termo de Referência – Anexo i, deste edital.

14.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

14.3. O Município fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários e suas respectivas dotações serão as indicadas no Anexo 01 do edital.

16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o detentor da Ata de Registro de Preços que:

- a) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- b) der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não assinar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o detentor da Ata de Registro de Preços der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item anterior, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV) Multa:

- a) **Multa moratória:**
Multa de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida ou da obrigação em atraso, limitada a **15% (quinze por cento)** do respectivo valor, aplicável até o limite de 30 (trinta) dias corridos.
- b) **Multa por inexecução parcial:**
Multa compensatória de até **20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela não executada ou executada em desconformidade, proporcional à gravidade do descumprimento, sem prejuízo da obrigação de correção, reparação das falhas e eventual rescisão contratual.
- c) **Multa por inexecução total:**
Multa compensatória de até **30% (trinta por cento)** sobre o valor total atualizado do contrato, quando caracterizada a inexecução total do objeto, abandono contratual ou descumprimento que inviabilize sua finalidade.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

16.4. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.5. A aplicação das sanções administrativas será realizada mediante processo administrativo eletrônico, por meio do sistema **1DOC**, assegurando-se ao Contratado o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto às penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.5.1. As notificações, intimações, comunicações processuais e demais atos administrativos poderão ser realizados por meio eletrônico, incluindo:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

- sistema oficial 1DOC;
- correio eletrônico (e-mail) informado pelo contratado;
- aplicativos de mensagens instantâneas, inclusive WhatsApp, no número previamente cadastrado;
- ou outro meio digital idôneo que assegure a ciência inequívoca do contratado.

16.5.2. Considerar-se-á válida a comunicação eletrônica comprovadamente encaminhada aos meios de contato fornecidos pelo contratado, presumindo-se sua ciência na data do envio ou confirmação de recebimento, salvo demonstração inequívoca de impossibilidade de acesso.

16.5.3. É de responsabilidade exclusiva do contratado manter atualizados seus dados cadastrais e canais eletrônicos de comunicação junto à Administração, respondendo pelos prejuízos decorrentes da omissão ou desatualização dessas informações.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)..

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1. Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

17.2. Após o período de um ano de intervalo, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, os preços iniciais poderão ser ajustados com base na comprovação do preço vantajoso devendo ser apresentado de forma analítica conforme art. 92 § 3º da Lei 14.133/21, sendo essa aferida pelo

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

Contratante. Este ajuste será realizado mediante a aplicação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o período anual mencionado. Além disso, é possível renovar as quantidades respeitando o exigido no art. 84 da Lei 14.133/21 e conforme estipulado no enunciado 42 do Conselho da Justiça Federal, conforme segue:

Enunciado 42 No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório. (2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal).

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

17.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

17.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.6. O reajuste será realizado por termo aditivo.

17.7. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial da ata.

17.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.9. Na hipótese de a empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.10. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.11. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços.

17.12. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

17.12.1. Enquanto eventuais solicitações de preços estiverem sendo analisadas, a empresa detentora da Ata de Registro de Preços não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

17.13. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preços será realizado por meio de termo aditivo.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

18.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

18.1.1. As impugnações referentes a este edital deverão ser cadastradas em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Impugnações -> Requerer Impugnação), devendo ser anexado arquivo com as razões que a fundamentem.

a) Para fins de tempestividade será considerada a data de cadastro da impugnação no sistema da BLL.

b) Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

c) A decisão sobre a impugnação será informada em campo próprio do sistema da BLL.

18.1.2. Da mesma forma, os esclarecimentos relacionados a esta licitação deverão ser solicitados através de cadastrado em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Esclarecimentos -> Fazer Pergunta).

18.2. Por se tratar de Pregão na forma Eletrônica, não serão reconhecidos esclarecimentos/impugnações apresentados por meio diverso do previsto neste edital.

18.3. Não serão conhecidas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo legal.

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal da Transparência do Município (<https://manoelribaspr.equiplano.com.br:7097/transparencia/licitacoes>).

19.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

19.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação vigente.

19.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

19.13. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

19.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Manoel Ribas/PR, considerado aquele a que está vinculado ao Pregoeiro;

Paço Municipal Prefeito Raul Ferreira Messias, aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA

EM ANEXO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCORRE EM IMPEDIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. xx/2026

Ào Pregoeiro do Município de Manoel Ribas - Estado do Paraná:

(Razão Social), CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada (endereço completo: rua, bairro, cidade, estado, CEP), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, instaurado na modalidade Pregão Eletrônico, sob Nº.xx/2026, pelo Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.xx/2026

Ào Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas do Estado do Paraná

(Nome da empresa), CNPJ/MF nº., sediada (endereço completo), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, sob Nº xx/2026, instaurado pelo Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 04 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.xx/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 05 – PROPOSTA COMERCIAL (SOMENTE PARA O LICITANTE VENCEDOR)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.xx/2026

Apresentamos nossa proposta para execução do objeto descrito abaixo, conforme edital do Pregão Eletrônico nº.xx/2026, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:	
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar a Ata de RP).	
RG – Órgão Emissor:	CPF:
ENDEREÇO COMPLETO:	
EMAIL e TELEFONE:	
BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:	

2. PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1				R\$	R\$

Obs.: Os descritivos deverão ser incluídos exatamente conforme consta no Anexo 01 do edital.

PROPOSTA TOTAL: R\$ (Por extenso)

3. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

A presente proposta possui validade de 60 (sessenta) dias a partir da data da Sessão Pública do Pregão.

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

LOCAL E DATA

Nome e assinatura do Representante da empresa

Obs.: Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 06 – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xx/2026

O **MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 75.740.811/0001-28, com sede na Rua Sete de Setembro, nº. 366 – Centro, em Manoel Ribas, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Carlos da Silva Corona, portador da matrícula funcional nº. 2985, considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO nº xx/2026, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2026, Processo Administrativo nº xx/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializada para a aquisição de extintores de incêndio, prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores existentes, bem como aquisição de placas de sinalização e luminárias de emergência, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR. 1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Vencedora:

CNPJ:

Item	Descrição	Unidad e	Quant .	Valor Unit.	Valor. Total
1				R\$	R\$

2. Condições de execução do objeto:

2.1 Prazo e forma de execução:

2.1.1. A CONTRATADA deverá entregar os brinquedos pedagógicos/recreativos no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Autorização de Despesa, nota de empenho ou instrumento equivalente.

2.1.2. A entrega deverá ocorrer em dias úteis, durante o horário de expediente, na Central de Recebimentos, localizada na Rua Deodoro da Fonseca, nº 606, esquina com a Rua XV de Novembro, no Município de Manoel Ribas/PR, ou em outro local previamente indicado pela Administração.

2.1.3. O recebimento dos itens será realizado por servidor responsável ou por comissão/equipe designada pela Administração, que procederá à conferência da quantidade, qualidade, integridade das embalagens, conformidade com as especificações técnicas, adequação à faixa etária, informações obrigatórias e certificação do INMETRO, quando aplicável.

2.1.4. Os produtos deverão ser entregues novos, sem uso anterior, completos, em perfeito estado de conservação e funcionamento, devidamente acondicionados em embalagem individual ou adequada ao transporte e armazenamento.

2.1.5. Caso os produtos entregues estejam em desacordo com as especificações técnicas, apresentem defeitos, avarias, peças faltantes, mau funcionamento, ausência de certificação obrigatória ou qualquer irregularidade que comprometa sua utilização, segurança ou finalidade pedagógica, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição dos itens, sem ônus adicional para a Administração.

2.1.6. Na hipótese de, no ato do recebimento, ser constatada divergência na quantidade entregue em relação à Nota Fiscal ou ao documento de fornecimento, a CONTRATADA deverá realizar a complementação dos itens faltantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando for o caso.

2.1.7. O descumprimento do prazo, da forma de entrega ou das condições estabelecidas neste Termo de Referência poderá acarretar a recusa do recebimento dos produtos e a aplicação das penalidades previstas no edital, no contrato ou instrumento equivalente, conforme legislação vigente.

2.1.8. As irregularidades constatadas poderão ensejar a suspensão do pagamento até que haja a completa regularização por parte da CONTRATADA.

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

2.1.9. Todas as despesas relacionadas ao fornecimento dos produtos correrão por conta da CONTRATADA, incluindo, mas não se limitando a frete, transporte, carga e descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, embalagens e quaisquer outros custos necessários para a perfeita execução e entrega do objeto contratado, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional além do valor contratado.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens mediante a apresentação da Nota Fiscal acompanhada do termo de recebimento, emitido pelo setor responsável, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente. O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

3.2. O pagamento será em moeda nacional, através de transferência bancária para a conta da CONTRATADA, conforme indicação da mesmo no contrato.

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de

4.2. Além do órgão gerenciador, são órgãos participantes do registro de preços os demais órgãos administrativos que compõem a Administração Direta e Indireta do Município

- a) Secretaria Municipal de
- b) Secretaria Municipal de
- c) Secretaria Municipal de
- d) Secretaria Municipal de

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Durante a vigência da Ata, os entes integrantes da estrutura da administração direta e indireta do Poder Executivo municipal, poderão, após consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado, celebrar contratos valendo-se da ata de registro de preços elaborada por outro ente, desde que tenham participado do planejamento da contratação e seja demonstrada a vantagem da adesão.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

Do acréscimo de quantidades

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.

8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidor(es) designado(s) pela Administração, por meio de Portaria 570/2026, observando o disposto no artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

14. CONDIÇÕES GERAIS

14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.

14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Manoel Ribas, --- de ----- de 2026.

MUNICÍPIO DE MANOEL RIBAS
CNPJ: 75.740.811/0001-28
JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Prefeito Municipal
Matrícula: 2985

EMPRESA
CNPJ:
REPRESENTANTE
CPF:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

ANEXO 07 – PORTARIA Nº 202/2026 – AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

P.M. MANOEL RIBAS
PUBLICADO
DIÁRIO OFICIAL
EDIÇÃO Nº 822
07/04/2026

PORTARIA Nº 202/2026 DE 07 DE ABRIL DE 2026

SÚMULA: Recomposição da Portaria que designa Agentes de Contratação e Equipe de Apoio e/ou Comissão Permanente de Contratação, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Manoel Ribas, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 177, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, Art. 7º e 8º da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 3º e 4º do DECRETO MUNICIPAL Nº 146/2023 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos, no âmbito da Administração Pública Municipal de Manoel Ribas/PR e dá outras providências, conforme Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para atuar como Agentes de Contratação os servidores:

- I - ADAO GERALDO GHELLER - Matrícula nº 1058
- II - JHEFERSON CAMARGO PEDRO – Matrícula nº 294301

Art. 2º Compõem a Comissão de Contratação:

- I - ADAO GERALDO GHELLER - Matrícula nº 1058
- II - JHEFERSON CAMARGO PEDRO – Matrícula nº 294301
- III - BRUNA LEMKUHL – Matrícula nº 2850339

Art. 3º A Equipe de Apoio será constituída por, no mínimo, três servidores(as):

- I - DIEGO PINTO BAHLS - Matrícula nº 2850531
- II - ADAO GERALDO GHELLER - Matrícula nº 1058
- III - BRUNA LEMKUHL – Matrícula nº 2850339

Parágrafo Único: Nos incisos I e II, do Art. 1º, na situação em que um atue como agente de contratação, o outro será designado como membro da equipe de apoio, e vice-versa.

Art. 4º. A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couberem, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

Rua 7 de Setembro, 300 – Telefone 0800 000 4320 – CEP 85.200-000 – Manoel Ribas – Paraná

1

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

Art. 5º. Os Agentes de Contratação e a Equipe de Apoio serão responsáveis por conduzir todos os processos licitatórios no âmbito da Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único – Os Agentes de Contratação/Pregoeiros poderão solicitar manifestação Técnica da Assessoria Jurídica ou de outros setores do órgão, a fim de subsidiar suas decisões.

Art. 6º. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Raul Ferreira Messias, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis (07/04/2026).

JOSE CARLOS DA SILVA
CORONA:06143521930

Assinado de forma digital por JOSE
CARLOS DA SILVA
CORONA:06143521930
Dados: 2026.04.07 17:07:12 -03'00'

JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

TERMO DE REFERÊNCIA DA DESPESA PARA LICITAÇÕES VISANDO COMPRAS E SERVIÇOS COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº.14133/2021

Conforme Decreto Municipal nº. 146 de 18 de dezembro de 2023

Órgão requerente	Secretaria Municipal de Educação
E-mail	Sme.manoelribas2021@gmail.com

1. Definição do objeto:

Solicitamos abertura de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Contratação de empresa especializada para a aquisição de extintores de incêndio, prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores existentes, bem como aquisição de placas de sinalização e luminárias de emergência, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR., conforme exposto abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	01	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR GÁS CARBÔNICO CO2 CARGA: 04 KG.	UN	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
01	02	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR GÁS CARBÔNICO CO2 CARGA: 06 KG.	UN	20	R\$ 100,00	R\$ 2.000,00
01	03	MANUTENÇÃO E RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA PRESSURIZADA AP CARGA: 10 LITROS.	UN	40	R\$ 60,00	R\$ 2.400,00
01	04	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO BC CARGA: 04KG	UN	20	R\$ 60,00	R\$ 1.200,00
01	05	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO BC CARGA: 06KG	UN	40	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00
01	06	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO BC CARGA: 08KG	UN	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
01	07	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO BC CARGA: 12KG	UN	30	R\$ 75,00	R\$ 2.250,00
01	08	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO ABC CARGA: 04 KG	UN	70	R\$ 60,00	R\$ 4.200,00
01	09	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO ABC CARGA: 06KG	UN	40	R\$ 65,00	R\$ 2.600,00
01	10	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO ABC CARGA: 08 KG	UN	40	R\$ 70,00	R\$ 2.800,00
01	11	MANUTENÇÃO E RECARGA EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO ABC CARGA: 12 KG	UN	10	R\$ 75,00	R\$ 750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

02	01	EXTINTOR DE DIÓXIDO CARBÔNICO CAPACIDADE DE 04 KG, OS EXTINTORES À BASE DE CO ₂ , É IDEAL PARA APLICAÇÕES EM RISCOS PEQUENOS E MÉDIOS; OS EXTINTORES À BASE DE CO ₂ SÃO FABRICADOS EM AÇO SAE 1541 SEM COSTURA, TRATADOS TERMICAMENTE; CLASSE DE INCÊNDIO B E C; UTILIZADO CONTRA INCÊNDIOS RELACIONADOS A EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS SENSÍVEIS, TAIS COMO COMPUTADORES; FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE NO EXTINTOR PARA ENCAIXE NO SUPORTE DA PAREDE, DEVERÁ VIR ACOMPANHADO COM O SUPORTE DE PAREDE INDICADO PARA O MODELO DE EXTINTOR E AS FERRAGENS NECESSÁRIAS A FIXAÇÃO DO SUPORTE. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	10		
					R\$ 600,00	R\$ 6.000,00
02	02	EXTINTOR DE DIÓXIDO CARBÔNICO CAPACIDADE DE 06 KG, OS EXTINTORES À BASE DE CO ₂ , É IDEAL PARA APLICAÇÕES EM RISCOS PEQUENOS E MÉDIOS; OS EXTINTORES À BASE DE CO ₂ SÃO FABRICADOS EM AÇO SAE 1541 SEM COSTURA, TRATADOS TERMICAMENTE; CLASSE DE INCÊNDIO B E C; UTILIZADO CONTRA INCÊNDIOS RELACIONADOS A EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS SENSÍVEIS, TAIS COMO COMPUTADORES; FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE NO EXTINTOR PARA ENCAIXE NO SUPORTE DA PAREDE, DEVERÁ VIR ACOMPANHADO COM O SUPORTE DE PAREDE INDICADO PARA O MODELO DE EXTINTOR E AS FERRAGENS NECESSÁRIAS A FIXAÇÃO DO SUPORTE (PARAFUSO, BUCHA, ETC). GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO,	UN	10	R\$ 700,00	
						R\$ 7.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

		INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.				
02	03	EXTINTOR DE INCÊNDIO ÁGUA PRESSURIZADA (AP) COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CLASSE DE FOGO: A; CAPACIDADE NOMINAL: 10 LITROS; NOVO, SEM USO, COM LACRE DE INVIOABILIDADE INTACTO. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO COM O SUPORTE DE PAREDE INDICADO PARA O MODELO DE EXTINTOR E AS FERRAGENS NECESSÁRIAS A FIXAÇÃO DO SUPORTE (PARAFUSO, BUCHA, ETC). GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	30	R\$ 190,00	R\$ 5.700,00
02	04	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 04 KG. CLASSES DE INCÊNDIO BC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	80	R\$ 190,00	R\$ 15.200,00
02	05	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 06 KG. CLASSES DE INCÊNDIO BC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	50	R\$ 200,00	R\$ 10.000,00

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

02	06	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 08 KG. CLASSES DE INCÊNDIO BC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	50	R\$ 210,00	R\$ 10.500,00
02	07	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 12 KG. CLASSES DE INCÊNDIO BC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	20	R\$ 220,00	R\$ 4.400,00
02	08	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 01 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	10	R\$ 110,00	R\$ 1.100,00
02	09	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 02 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	50	R\$ 150,00	R\$ 7.500,00

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

02	010	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 04 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	100	R\$ 210,00	R\$ 21.000,00
02	011	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 06 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	100	R\$ 220,00	R\$ 22.000,00
02	012	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 08 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	60	R\$ 230,00	R\$ 13.800,00
02	013	EXTINTOR PÓ QUÍMICO SECO (PQS) 12 KG. CLASSES DE INCÊNDIO ABC, FORNECIDO COM CARGA, SUPORTE PAREDE, GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO (12 MESES), DEVE ACOMPANHAR ADESIVO QUE INFORMA O TIPO DE EXTINTOR. PRODUTO NOVO, CERTIFICADO E EM CONFORMIDADE COM A REGULAMENTAÇÃO VIGENTE DO INMETRO PARA EXTINTORES DE INCÊNDIO, INCLUINDO A PORTARIA INMETRO Nº 108/2022 E DEMAIS ATOS NORMATIVOS VIGENTES APLICÁVEIS.	UN	10	R\$ 240,00	R\$ 2.400,00

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

03	01	LUMINÁRIA TIPO EMERGÊNCIA, MATERIAL CORPO PLÁSTICO ABS ALTO IMPACTO, FORMATO RETANGULAR, TIPO LÂMPADA LED, QUANTIDADE LÂMPADAS 30 UN, AUTONOMIA 12 HORAS, DIMENSÕES (LXAXP) 320 X 160 X 80 MM, APLICAÇÃO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA PREDIAL	UN	200	R\$ 50,00	R\$ 10.000,00
04	01	PLACA DE SINALIZAÇÃO EXTINTOR ABC, PICTOGRAMA FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERMELHO E INDICAÇÕES NA COR BRANCA, CÓDIGO E5, TAMANHO L=200MM, A=200MM, MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	550	R\$ 20,00	R\$ 11.000,00
04	02	PLACA SINALIZADORA PLACA S18 - PORTA CORTA-FOGO - APERTE E EMPURRE FOTOLUMINESCENTE, MATERIAL PVC, TAMANHO: 40X12CM, COM FITA DUPLA FACE. MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	20	R\$ 20,00	R\$ 400,00
04	03	ADESIVO DE SOLO E17 PARA SINALIZAÇÃO NAS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PARA HIDRANTE E EXTINTOR; DIMENSÕES:1,00 X 1,00 M; FUNDO NA COR VERMELHA (0,70 X 0,70 M); BORDA AMARELA COM LARGURA DE 0,15 M; CONFECCIONADA EM MATERIAL VINIL; IMPRESSÃO DIGITAL; RESISTÊNCIA A AGENTES QUÍMICOS E LIMPEZA; MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	500	R\$ 60,00	R\$ 30.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

04	04	PLACA SINALIZADORA PLACA DE SINALIZAÇÃO DE SAÍDA DE EMERGÊNCIA, FOTOLUMINESCENTE, FUNDO VERDE E INDICAÇÕES NA COR BRANCA, COM INSCRIÇÃO DO FABRICANTE EM SUA PARTE INFERIOR, CÓDIGO S14, TAMANHO L=240MM, A=120MM, MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	300	R\$ 20,00	R\$ 6.000,00
04	05	PLACA LOCALIZADORA SAÍDA DE EMERGÊNCIA - PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DO TIPO E2 (200MM X 300MM). MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	50	R\$ 20,00	R\$ 1.000,00
04	06	PLACA SINALIZADORA PLACA C1 SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DIREÇÃO DE ROTA DE SAÍDA - DIREITA FOTOLUMINESCENTE, SETA DE DIREÇÃO DA ROTA DE SAÍDA, PLACA EM FORMATO RETANGULAR (20X7CM) COM FUNDO VERDE, MATERIAL PVC 1MM, COM FITA DUPLA FACE 3M. MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
04	07	PLACA LOCALIZADORA SAÍDA DE EMERGÊNCIA PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DO TIPO S3 (252MM X 126MM). MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
04	08	PLACA LOCALIZADORA SAÍDA DE EMERGÊNCIA - PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DO TIPO S1/S2 (ESQ. OU DIR.) (380MM X 190MM). MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	200	R\$ 20,00	R\$ 4.000,00

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

04	09	PLACA ROTA DE FUGA SAÍDA NA DIREÇÃO VERTICAL DESCENDO À DIREITA, MODELO S6, NAS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONFECCIONADA EM PVC RÍGIDO FOTOLUMINESCENTE; NÃO INFLAMÁVEL.; AUTOEXTINGUÍVEL; COM APLICAÇÃO DE FITA ADESIVA DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO; DIMENSÕES (EXAXL) 1,5MM X 12CM X 24CM. MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	100		
					R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
04	10	PLACA ROTA DE FUGA SAÍDA NA DIREÇÃO VERTICAL DESCENDO À ESQUERDA, MODELO S7, NAS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: CONFECCIONADA EM PVC RÍGIDO FOTOLUMINESCENTE; NÃO INFLAMÁVEL.; AUTO EXTINGUÍVEL; COM APLICAÇÃO DE FITA ADESIVA DUPLA FACE PARA FIXAÇÃO; DIMENSÕES (EXAXL) 1,5MM X 12CM X 24CM. MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	100		
					R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
04	11	PLACA LOCALIZADORA SAIDA DE EMERGENCIA PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA DO TIPO S8/S9 (ESQ. OU DIR.) (252MM X 126MM). MODELO CORRESPONDENTE AO PADRÃO ESTABELECIDO NA NPT 020 VIGENTE DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ E ABNT NBR 16820 VIGENTE.	UN	100	R\$ 20,00	
						R\$ 2.000,00

1.2. Classificação do objeto:

De acordo com a lei 14.133/2021, a classificação do objeto se dá da seguinte forma:

NATUREZA DO OBJETO

O objeto possui natureza mista, compreendendo a aquisição de bens e a prestação de serviços.

Integram a contratação a aquisição de extintores de incêndio, luminárias de emergência



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

materiais de sinalização, bem como a prestação de serviços de inspeção, manutenção e recarga dos extintores existentes.

Os bens a serem adquiridos possuem características de bens de consumo, considerando sua finalidade e utilização nas diversas Secretarias e unidades da Prefeitura Municipal de Manoel Ribas/PR.

CLASSIFICAÇÃO COMO BENS E SERVIÇOS COMUNS

O objeto caracteriza-se como bens e serviços comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade dos bens e dos serviços podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e requisitos técnicos estabelecidos nas normas e regulamentações aplicáveis.

A contratação não envolve obra ou serviço de engenharia, compreendendo a aquisição de bens e a prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores, conforme especificações constantes dos documentos de planejamento da contratação.

1.3. Critério de Julgamento:

Buscando ampliar a competitividade do certame, evitar a concentração de mercado e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores, optou-se pela divisão do objeto em lotes, considerando a similaridade, a natureza e a relação entre os itens que compõem cada grupo.

Dessa forma, o objeto foi dividido em 04 (quatro) lotes, sendo:

Lote 01 – Manutenção e Recarga de Extintores: serviços de inspeção, manutenção, recarga e demais procedimentos necessários à adequada conservação e funcionamento dos extintores;

Lote 02 – Extintores de Incêndio: aquisição de extintores novos, conforme as especificações técnicas estabelecidas;

Lote 03 – Luminárias: fornecimento de luminárias destinadas à iluminação de emergência, conforme as especificações previstas no Termo de Referência;

Lote 04 – Placas de Sinalização: fornecimento de placas destinadas à sinalização e identificação dos equipamentos e medidas de prevenção e combate a incêndios.

A divisão adotada busca evitar o agrupamento integral de serviços e materiais distintos em um único lote, o que poderia restringir a participação de empresas que atuam em apenas uma das áreas. Ao mesmo tempo, o agrupamento dos itens por sua natureza e afinidade permite maior eficiência na execução, no fornecimento e no gerenciamento da contratação.

O critério de julgamento será o menor valor por lote, possibilitando que cada empresa participe dos lotes para os quais possua capacidade técnica e comercial, favorecendo a ampliação da disputa e

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Assim, a divisão em lotes mostra-se adequada sob os aspectos da competitividade, economicidade, eficiência e interesse público, sem prejuízo da adequada execução do objeto.

1.4. Valor total:

O valor total para a execução do objeto descrito acima é de R\$ 224.400,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quatrocentos reais) considerando os valores obtidos na pesquisa de mercado, conforme Análise de Cotação.

2. Justificativa:

A contratação para aquisição de extintores de incêndio, manutenção e recarga dos equipamentos existentes, bem como aquisição de luminárias de emergência e materiais de sinalização para os prédios públicos é uma medida essencial para garantir a segurança dos servidores, cidadãos e do patrimônio público. Essa iniciativa está fundamentada nos seguintes aspectos:

2.1 Conformidade com Normas e Regulamentações

A contratação deverá observar a Norma Regulamentadora NR-23 – Proteção Contra Incêndios, as normas técnicas da ABNT aplicáveis e vigentes, especialmente aquelas relacionadas aos sistemas de proteção por extintores, inspeção e manutenção dos equipamentos e sinalização de emergência, bem como os regulamentos do INMETRO e as normas e diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

2.2 Segurança de Servidores e População

Os prédios públicos recebem diariamente um grande fluxo de pessoas, incluindo servidores e cidadãos que utilizam os serviços públicos. A disponibilização de extintores em condições adequadas de funcionamento, juntamente com sinalização e iluminação de emergência apropriadas, contribui para a redução dos riscos e possibilita uma evacuação mais organizada e segura em situações de emergência.

2.3 Prevenção e Controle de Incêndios

Os extintores constituem equipamentos essenciais para o combate inicial a princípios de incêndio, podendo contribuir para evitar a propagação das chamas e reduzir os riscos à vida, às instalações e ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

patrimônio público. A manutenção e a recarga dos equipamentos existentes são igualmente necessárias para assegurar que permaneçam em condições adequadas de utilização.

2.4 Facilitação de Resgate e Evacuação

As placas de sinalização e as luminárias de emergência auxiliam na identificação e localização de saídas, rotas de fuga, equipamentos de combate a incêndio e demais elementos de segurança, proporcionando melhores condições para a evacuação dos ocupantes e para a atuação dos responsáveis pelo atendimento de situações de emergência.

2.5 Atendimento às Exigências dos Órgãos Fiscalizadores

A manutenção das condições de segurança contra incêndio nas edificações públicas contribui para o atendimento às exigências estabelecidas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e demais órgãos competentes, visando à regularidade das edificações e, quando aplicável, à obtenção ou renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

2.6 Proteção do Patrimônio Público

Além da proteção à vida e à integridade física das pessoas, a disponibilidade de equipamentos adequados de prevenção e combate a incêndios contribui para reduzir a possibilidade de perdas materiais e danos estruturais que possam comprometer o funcionamento dos serviços públicos e gerar elevados custos de recuperação ao Município.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da contratação para aquisição de extintores de incêndio, manutenção e recarga dos equipamentos existentes, bem como aquisição de luminárias de emergência, materiais de sinalização, visando garantir condições adequadas de segurança nas edificações públicas, o atendimento às normas e regulamentações vigentes e a proteção dos servidores, cidadãos e do patrimônio público.

3. Dotação orçamentária (Lei de responsabilidade fiscal LC101/00 art.16 em especial)

Secretaria Municipal de Educação		
Reduzido	Programática	Fonte
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoeiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

00056	04.122.0402.2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00057	04.122.0402.2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	00510 TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA - ARRECADAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
00058	04.122.0402.2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	000511 TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ARRECADAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
00062	04.122.0402 2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00062	04.122.0402 2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00063	04.122.0402 2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	00510 TAXAS – EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA - ARRECADAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
00064	04.122.0402 2009 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS	000511 TAXAS – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - ARRECADAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA		
00121	20 606 2001 2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00124	20 606 2001 2016 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
05010	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00153	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00154	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00155	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
00158	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00159	12 122 0604 2022 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
00228	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00102 FUNDEB 30%
00229	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00230	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
00231	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01013 PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR
00232	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01043 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FNDE - PNATE
00240	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00102 FUNDEB 30%
00241	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00242	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA

Assinado por: JOSE CARLOS DA SILVA CORONA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

00243	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01013 SALÁRIO EDUCAÇÃO
00244	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01013 PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR
00244	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01013 PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR
00245	12.361.0601.2029 MANUTENÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	01043 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FNDE - PNATE
05550	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00191	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00192	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
00193	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00107 SALÁRIO EDUCAÇÃO
05020	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00183	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00103 5% SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS FUNDEB
00184	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00104 DEMAIS IMPOSTOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO BÁSICA
00185	12 361 0601 2023 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL – MDE	00107 SALÁRIO EDUCAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		
00307	27.812.2701.2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETARIA DE ESPORTES	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00309	27.812.2701.2037 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES SECRETARIA DE ESPORTES	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
00346	10 301 0701 2024 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00347	10 301 0701 2024 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	00303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS
00349	10 301 0701 2024 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	00494 – BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAÚDE
00352	10 301 0701 2024 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00353	10 301 0701 2024 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	00303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS
00377	10 302 0701 2043 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00378	10 302 0701 2043 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL	00303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS
00381	10 302 0701 2043 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00382	10 302 0701 2043 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL	00303 – SAÚDE – RECEITAS VINCULADAS
00383	10 302 0701 2043 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL	00369 SERVIÇOS PRESTADOS SUS/FATURAMENTO AIH'S – ARRECAÇÃO NA

Assinado por: 1 pessoa: JOSÉ CARLOS DA SILVA GORONHA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://manoiribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3> e informe o código 137C-FF7C-CAA8-D4D3



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

		ADMINISTRAÇÃO DIRETA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL		
00424	08 244 0601 2048 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00431	08 244 0601 2048 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00472	08 243 0807 6056 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00477	08 243 0807 6056 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS		
00490	04.122.1201.2060 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	00507 COSIP CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART 149-A, CF – ARRECADAÇÃO NA ADM
00497	04.122.1201.2060 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00499	04.122.1201.2060 ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO AMBIENTAL		
00541	18.542.1801.2069 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00542	18.542.1801.2069 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO AMBIENTAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL		
00548	04 122 1201 2070 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00567	26 606 2601 2073 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHOS DA PRODUÇÃO	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)
00568	26 606 2601 2073 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHOS DA PRODUÇÃO	01065 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO
00569	26 606 2601 2073 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CAMINHOS DA PRODUÇÃO	00000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)

4. Condições de habilitação:

O pretenso fornecedor deverá fornecer a seguinte documentação, bem como as exigidas em edital:

Habilitação Jurídica:

- No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) E demais documentos exigidos no item **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**;

Qualificação Técnica:

- a) Para participação no Lote 01 – Manutenção e Recarga de Extintores, a licitante deverá comprovar que se encontra regularmente registrada junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO para a execução dos serviços de inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio, mediante apresentação de documento válido emitido ou reconhecido pelo órgão competente, nos termos da regulamentação vigente;
- b) A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução anterior de serviços compatíveis com o objeto do Lote 01, especialmente serviços de inspeção, manutenção e/ou recarga de extintores de incêndio;
- c) As exigências de qualificação técnica previstas neste item aplicam-se exclusivamente ao Lote 01, por se referirem diretamente à prestação dos serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores, não sendo exigidas das empresas que participarem exclusivamente dos Lotes 02, 03 e 04, destinados ao fornecimento de bens.

5. Condições de execução do objeto:

5.1 – Prazo e forma de entrega/execução:

- 5.1.1 - A CONTRATADA, deverá entregar os itens no prazo de até 05 (CINCO) dias, após receber Nota de Autorização de Despesa.

5.2 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:

- 5.2.1 – Os produtos deverão ser entregue na Central de Recebimento, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Centro, Manoel Ribas - PR, 85260-000.

- 5.2.2 – Todo item que apresente má qualidade, na data de recebimento, deverá ser substituído imediatamente pelo fornecedor, se no ato do recebimento for constatado que a quantidade entregue é menor que a constante na nota fiscal deverá ser imediatamente complementada. Todas essas hipóteses são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora e a aplicação de penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

5.2.3 - Todas as hipóteses irregularidades são condições de suspensão do pagamento até a perfeita regularização por parte da empresa fornecedora.

5.2.4 - A recarga e manutenção dos extintores de incêndio será realizado por meio de troca direta. Isso significa que, ao invés de aguardar a recarga do equipamento no local, os extintores serão substituídos por unidades já recarregadas e em perfeitas condições de uso.

Esse procedimento visa garantir mais agilidade, segurança e conformidade com as normas vigentes, minimizando o tempo em que o ambiente possa ficar desprotegido.

5.3 – Prazo e forma de pagamento:

5.3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens mediante a apresentação da Nota Fiscal acompanhada do termo de recebimento, emitido pelo setor responsável, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.3.2 - Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

5.3.3 - O pagamento será efetuado por meio de depósito bancário.

5.4 – Prazo De Vigência Da Contratação:

O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir do momento da assinatura do contrato.

6. Das Condições De Fornecimento, Garantia E Execução Dos Serviços

6.1. No ato do recebimento dos produtos, somente serão aceitos aqueles que estiverem de acordo com as quantidades, características, especificações e medidas estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

6.2. Na proposta, a empresa proponente deverá indicar a marca dos produtos, quando aplicável, bem como assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses para os equipamentos novos, sem prejuízo das garantias legais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2.1. Para os extintores que forem submetidos a teste hidrostático, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 05 (cinco) anos para o cilindro, observadas as normas técnicas e regulamentações vigentes aplicáveis.

6.2.2. Para os serviços de recarga, a CONTRATADA deverá assegurar garantia mínima de 01 (um) ano,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

por extintor, contada a partir da conclusão dos serviços, sem prejuízo das responsabilidades previstas na legislação e nas normas técnicas aplicáveis.

6.3. Os extintores e demais equipamentos novos fornecidos deverão possuir data de fabricação não superior a 12 (doze) meses, contados retroativamente da data de entrega dos produtos, devendo tal informação constar de forma legível na etiqueta ou identificação do próprio equipamento, sob pena de recusa do recebimento pelo Município

6.4. A CONTRATADA, sempre que convocada, deverá comparecer, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ao local indicado pelas Secretarias Municipais, para realizar a coleta, avaliação, reparo ou substituição dos extintores que apresentarem defeitos ou desconformidades durante o período de garantia, quando decorrentes dos serviços executados ou de defeitos de fabricação, conforme o caso.

6.5. A CONTRATADA deverá realizar o correto descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos decorrentes da execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, resíduos, agentes extintores, componentes, materiais contaminados e demais substâncias resultantes da manutenção e recarga dos equipamentos, observando a legislação ambiental vigente e as normas dos órgãos competentes.

6.6. A CONTRATADA deverá observar as disposições legais e regulamentares relativas à proteção da camada de ozônio e às substâncias controladas, sendo vedada a utilização, na execução dos serviços, de substâncias cuja utilização seja proibida ou restringida pela legislação vigente, ressalvadas as hipóteses legalmente permitidas.

6.7. Os serviços de inspeção, manutenção e recarga dos extintores deverão ser executados de acordo com as normas técnicas da ABNT e regulamentações vigentes do INMETRO aplicáveis ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à inspeção, manutenção e recarga de extintores de incêndio, observando-se suas versões vigentes ou as normas que venham a substituí-las.

6.7.1. A CONTRATADA deverá manter-se atualizada quanto às alterações, substituições ou revogações das normas técnicas e regulamentações aplicáveis aos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade executar os serviços de acordo com os requisitos vigentes na data de sua realização.

6.7.2. Quando exigível pela legislação ou regulamentação vigente, a CONTRATADA deverá possuir e apresentar documentação que comprove sua regularidade, registro, certificação ou autorização perante o INMETRO ou demais órgãos competentes para a execução dos serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores.

6.8. Os produtos fornecidos e os serviços executados deverão atender integralmente às especificações estabelecidas no Termo de Referência, às normas técnicas aplicáveis e às determinações dos órgãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANOEL RIBAS

Estado do Paraná

competentes.

6.9. A CONTRATADA deverá substituir, corrigir ou refazer, sem ônus adicional para o Município, os produtos ou serviços que apresentarem defeitos, avarias, irregularidades ou desconformidades em relação às especificações contratadas.

6.10. As exigências previstas nos itens 6.2.1 a 6.7.2, quando relacionadas especificamente aos serviços de inspeção, manutenção e recarga de extintores, serão aplicáveis exclusivamente ao lote que compreender tais serviços, não se estendendo aos lotes destinados exclusivamente ao fornecimento de extintores novos, placas de sinalização e luminárias de emergência.

7. Gestão e Fiscalização:

Cada Secretaria será gestora e fiscalizadora de seu pedido (empenho), conforme a Portaria 347/2026.

Manoel Ribas, 24 de Agosto de 2026.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 137C-FF7C-CAA8-D4D3

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ CARLOS DA SILVA CORONA (CPF 061.XXX.XXX-30) em 09/09/2026 15:08:46 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://manoelribas.1doc.com.br/verificacao/137C-FF7C-CAA8-D4D3>